

Presidente da União Internacional de Magistrados  
(José Igreja Matos)

Constitui para a União Internacional de Magistrados e para o seu presidente uma honra especial poder estar presente neste Congresso - The Role of Judges: Environmental Law 2030 and Beyond, na cidade maravilhosa, o Rio de Janeiro.

Esse privilégio resulta, desde logo, da evidente excelência do evento.

A leitura atenta do programa rapidamente demonstra a qualidade singular dos peritos intervenientes, revela o caráter deveras cosmopolita da organização e o empenho concreto na discussão de temas decisivos para o nosso futuro comum.

Aquando da minha eleição como presidente da UIM no passado mês de Setembro, em Roma, logo defini, juntamente com o novo Comité da Presidência, as prioridades do mandato.

Naturalmente, a nossa missão nuclear, primeira é - será sempre - a independência dos tribunais, assegurando a imparcialidade dos juízes, num quadro de afirmação do Estado de Direito.

Porém, perante a realidade daquilo a que Antoine Garapon denomina como a “mundialização dos juízes”, exige-se de uma associação que congrega 94 países - constituindo, sem margem para dúvidas, a maior organização mundial de juízes - uma renovada ambição; exige-se de nós que saibamos, estrategicamente, definir pilares de intervenção que correspondam aos desafios transnacionais que se colocam ao judiciário.

Assim foi feito.

As questões de género de que é exemplo recente o trabalho profícuo na proteção das juízas afegãs onde cabe sumamente realçar o papel magnífico da Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) e os temas da diversidade, da integridade judicial (com o projeto “Judges against corruption”) são concretizações desta nossa intervenção abrangente.

Mas, a par destas, e desde o primeiro dia de mandato, uma outra prioridade foi definida relativa às questões da Conservação da Natureza, decisivas para o futuro da humanidade.

“Não há Planeta B” foi a expressão utilizada para explicarmos a urgência destes temas e a autoridade desta nossa opção estratégica.

É tempo de os juízes assumirem, no palco internacional, um maior protagonismo na defesa das questões ambientais.

Esta uma missão primacial, que nos é imposta pelo nosso múnus de serviço à cidadania, que nos é ditada pelo futuro das gerações vindouras e que convoca a própria essência do que significa “ser juiz” hoje.

“Diz-me a que prestas atenção e dir-te-ei quem és” proclamava José Ortega y Gasset.

Nós, juízes, prestamos atenção, toda a atenção, a estas temáticas como este Congresso plenamente demonstra; a UIM estará, seguramente, na linha da frente deste combate que sabemos ser decisivo.

É difícil - por vezes, sobre-humano - o papel da justiça.

Citando Rui Barbosa, na célebre Oração dos Moços que completa um século mas se mantém plenamente atual: “Porque, se dignos são os juízes, como parte suprema, que constituem, no executar das leis – em sendo justas, lhes manterão eles a sua justiça, e, injustas, lhes poderão moderar, se não, até, no seu tanto, corrigir a injustiça.”

O Direito Ambiental existe, seguramente, para proteger a Terra e o clima, impedindo nocivas alterações.

Mas, muito além disso, as suas normas, potenciadas pela jurisprudência, surgem hoje como formas de defesa da democracia e da liberdade, de salvaguarda dos direitos fundamentais de nova geração; por isso, cumpre conhece-las, aprofunda-las. E este é um repto que nós juízes queremos, devemos, acolher.

Deste modo, perante este desafio decisivo, a presença do Presidente da UIM neste Congresso assume um triplo significado:

- a pública manifestação de uma vontade que sabemos comum de desenvolver novos projetos e parcerias com instituições liderantes no âmbito do Direito Ambiental, em particular a IUCN;

- o reconhecimento da importância de um evento como o que ora se inicia e que permite alavancar no contexto internacional um trabalho ativo e dinâmico do judiciário nas questões decisivas relativas à proteção da Natureza;

- a afirmação política - entendida, na sua etimologia helénica como a manifestação da governação da “polis” - de um compromisso, inequívoco, determinado, dos juízes relativamente aos objetivos definidos pelas Nações Unidas, em matéria de defesa e proteção ambiental.

Esta é uma luta difícil que queremos encetar com racionalidade, diálogo e espírito democrático.

Uma batalha na qual, como ensina Nelson Mandela, constitui nosso dever “promover a coragem onde há medo, promover o acordo onde existe conflito, e inspirar esperança onde há desespero.”

Na pessoa do Ministro Herman Benjamim, saudamos vivamente todos aqueles que, ao longo dos anos, trabalham nesta área crucial para todos e cada de um nós. Umberto Eco dizia que justificar as tragédias como mera expressão da vontade divina servia, a mais das vezes, apenas para afastar a responsabilidade pelas nossas escolhas.

Na presente encruzilhada que vive o Planeta que nos acolhe, a Mãe-Terra, recusamos o silêncio cúmplice ou o mero “encolher de ombros”.

Da minha parte, da parte da União Internacional de Magistrados, assumimos um compromisso claro de cooperação com as instituições aqui presentes.

Contem connosco.

Juntos faremos o judiciário mais forte.

President of the International Union of Magistrates

(José Igreja Matos)

It is a special honor for the International Association of Judges, and its President, to be present at this Congress - The Role of Judges: Environmental Law 2030 and Beyond, in the wonderful city of Rio de Janeiro.

This privilege results, right from the start, from the obvious excellence of the event.

A careful reading of the programme promptly proves the unique quality of the intervening experts, reveals the truly cosmopolitan character of the organization and the concrete commitment shown towards the discussion of decisive issues for our common future.

When I was elected President of the International Association of Judges (IAJ) last September in Rome, I immediately set out, together with the new Presidency Committee, the priorities for my mandate.

Naturally, our core mission is - and always will be - the independence of the courts, ensuring the impartiality of judges, in a framework of affirmation of the rule of law.

However, faced with the reality of what Antoine Garapon calls the “mundialization of judges”, an association comprising 94 countries - undoubtedly the world's largest judges' organization - should display a renewed motivation addressing global topics.

This has concretely been done.

Gender issues, a recent example of which is the fruitful work in protecting Afghan women judges, where the magnificent role of the “Associação de Magistrados Brasileiros” (AMB) must be clearly highlighted, and the issues of diversity and judicial integrity (with our “Judges against corruption” project) are examples of this comprehensive intervention.

However, alongside these goals, and from the first day of my mandate, another priority was defined relating to Environmental issues, decisive for the future of humanity.

"There is no Planet B" was the appealing expression used to enlighten the urgency of this topic and the weight of our strategic option.

It is now time for judges to assume, on the international stage, a greater role in the defense of environmental issues.

This is a primary mission, which is imposed on us by our duty of service to citizenship, which is dictated in name of future generations and which summons the very essence of what it means to “be a judge” today.

"Tell me what you pay attention to, and I will tell you who you are," proclaimed José Ortega y Gasset.

We judges pay attention, full attention, to these problems, as this Congress fully demonstrates; the IAJ will certainly be in the front line of this fight, which we know is decisive.

The role of justice is difficult - sometimes superhuman. Quoting Rui Barbosa, in the famous *Oração dos Moços* (A Prayer of the Young) that completes now a century but remains fully modern: "For if judges are worthy, as the supreme part, which they constitute, in the execution of laws - if they are just, they will maintain their justice, and if unjust, they will be able to moderate, if not, in their measure, even to correct the injustice".

Environmental Law certainly exists to protect the Earth and the climate by preventing harmful changes.

But much more than that, its laws, its norms, strengthened by solid jurisprudence, today appear as means to defend democracy and freedom, to safeguard new-generation fundamental rights; therefore, it is necessary to know them, to develop them.

This is a new challenge that we, judges, want to, and must, accept.

Thus, confronted with this decisive challenge, the presence of the President of the IAJ at this Congress assumes a triple significance:

- the public manifestation of a will that we know is shared by you to progress in new projects and partnerships with leading institutions in the field of Environmental Law, in particular the IUCN;

- the recognition of the importance of a Congress such as the one that is starting and which allows leveraging in the international context an active and dynamic work of the judiciary in decisive issues regarding the protection of Nature;

- the political affirmation - understood in its Hellenic etymology as the manifestation of the governance of the "polis" - of an unequivocal and determined commitment of judges worldwide to the aims defined by the United Nations in matters of environmental protection.

This is a difficult struggle that we want to be involved bringing rationality, dialogue and a democratic spirit.

A battle in which, as Nelson Mandela teaches, it is our duty "to promote courage where there is fear, to promote agreement where there is conflict, and to inspire hope where there is despair."

In the person of Justice António Herman Benjamim, we warmly salute all those, judges, academics, jurists, who, over the years, have worked for this crucial area. Umberto

Eco said that justifying tragedies as the mere expression of “divine will” often serves only to remove responsibility for our own choices.

At the present crossroads being experienced by our planet, Mother Earth, we refuse to be silent in complicity or to merely “shrug our shoulders”.

On my part, on the part of the International Union of Magistrates, we make a clear commitment to cooperate with the institutions here present addressing our common goals. Count on us. Together we will make the judiciary stronger.